

QUANDO A MORTE É O COMEÇO DA ATIVIDADE: ANÁLISE DO TRABALHO PERICIAL SOB O PONTO DE VISTA DA CLÍNICA DA ATIVIDADE



Bárbara Zaffari Cavedon

Instituto-Geral de Perícias do RS - Brasil

Fernanda Spanier Amador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - RS - Brasil



Resumo

Este artigo, sob o enfoque da Clínica da Atividade, analisa conteúdos do cotidiano laboral de trabalhadores da área pericial envolvendo situações de morte. Embasado em conceitos como gênero, estilo, atividade, ampliação e amputação do poder de agir, são abordadas vivências de profissionais do Instituto-Geral de Perícias (IGP). Esse órgão, no Rio Grande do Sul, é responsável por realizar perícias médico-legais e criminalísticas. Partindo da observação de situações de trabalho, tecemos, em conversa com a literatura referente às Clínicas do Trabalho, considerações a respeito da experimentação do trabalho enquanto acontecimento, possibilitando ao sujeito um campo ativo para criações e potencializações de modos de fazer e existir. Pelo contato e acompanhamento do dia-a-dia de trabalho destes profissionais, foi possível contatar a intensidade de paradoxos como vida x morte e real x prescrito na realização de suas atribuições. A vivência afetiva das provações diárias cria possibilidades de atuação para estes profissionais e transforma o objeto de seu trabalho, o fim, em processo.

Palavras-chave: Trabalho Pericial. Clínica da Atividade. Subjetividade.

[...] a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte. A visão da pessoa que vivencia seu processo de morte e de morrer abala as fantasias defensivas que as pessoas constroem como uma muralha contra a ideia de sua própria morte (BELATTO; CARVALHO, 2005).

Lidar cotidianamente com a morte do outro. Lidar cotidianamente com sua própria morte. Faces tão similares de um mesmo processo. Em um primeiro momento,

parecem opostas (*'se é do outro, não é minha'*); no entanto, com o passar do tempo – e das mortes – percebe-se grande semelhança.

No que implica ter a morte como uma constante em sua atividade laboral? Como lidar em seu cotidiano de trabalho com a desconstrução da ilusão de imortalidade, a qual diariamente nutrimos? O que se cria? O que se amplia? Que ações são amputadas?¹

Tais perguntas norteiam nossos questionamentos acerca da atividade pericial envolvendo situações de morte. No Rio Grande do Sul, tal trabalho é realizado pelo Instituto-Geral de Perícias (IGP), responsável pelas perícias médico-legais e criminalísticas. Desta forma, casos de mortes decorrentes de crimes ou em que há a necessidade de investigação para verificação de tal possibilidade, são atendidos pelos profissionais do IGP.

Uma significativa parcela destes profissionais lida cotidianamente com situações de morte, seja fazendo o exame perinecrocópico, fotografando, analisando digitais, analisando vestígios no local, realizando exames necrocópicos, removendo cadáveres ou levando a equipe até os locais em questão.

Todas estas situações de trabalho colocam tais trabalhadores em contato com a realidade da morte. No entanto, trata-se de um contato específico, pois os casos atendidos são os que envolvem mortes violentas (acidentes, homicídios, suicídios). Tal peculiaridade faz com que os profissionais atuem em casos envolvendo, muitas vezes, corpos bastante danificados, mutilados, carbonizados ou em decomposição.

Ao conversar com eles sobre seu cotidiano de trabalho no IGP, era praticamente inevitável o direcionamento do foco para as atividades relacionadas com a morte. Por mais que o profissional não atue em uma tarefa diretamente relacionada com tal peculiaridade, ou não a realize mais, reporta-se ao tempo em que a exercia e/ou à atuação de colegas neste trabalho.

Assim, os diálogos evidenciam, sobremaneira, situações relativas aos trabalhadores do Necrotério, da Remoção Fúnebre e do “Plantão” (como é chamada a Seção de Levantamento de Locais), estando o trabalho com a morte no eixo central da

1 Clot (2007) fala em amputação do poder de agir para referir-se às situações que limitam e, até mesmo, impedem a expansão da potência no trabalho.

conversa. Isto denota a intensidade de sensações (e inquietações) que permeiam tal fazer.

Concomitantemente a estas questões, o escasso material bibliográfico existente a respeito do trabalho com a morte geralmente limita-se aos profissionais da área da saúde. Este auxilia-nos a pensar na peculiaridade do trabalho realizado no IGP, ao mesmo tempo em que sua escassez nos instiga a produzir análises sobre esta falta.

Além disso, observa-se que a morte na área da saúde está presente após a realização da atividade (ou, pelo menos, a tentativa desta, com o intuito de salvar aquela vida). É consequência, complicação ou fracasso. Na área pericial, é a morte que precede a atividade. É ela o disparador para a atuação de diversos profissionais do IGP. É ela o dispositivo que anuncia o início dos trabalhos de auxiliares de perícias, motoristas, peritos, fotógrafos, papiloscopistas. O anúncio do fim sinaliza o começo da atividade.

Partindo da observação de situações de trabalho, tecemos, em conversa com a literatura referente às Clínicas do Trabalho, considerações a respeito da experimentação do trabalho enquanto acontecimento, possibilitando ao sujeito um campo ativo para criações e potencializações de modos de fazer e existir.

“Se a morte é o descanso, prefiro viver cansado”²

A morte suscita inquietações, dúvidas, medo e somente uma certeza: todos passaremos por esta experiência. Alguns a encontrarão mais preparados para vivenciá-la; outros serão pegos de surpresa. Há aqueles que preferem pensar que este encontro demorará a acontecer. Assim como aqueles que, por tanto temor, lembram-se dela a todo momento. Fazer-se presente para esquecer. Esquecer para lembrar. Inevitavelmente lá ela está.

Para os que a tem em seu escopo de trabalho, ela sinaliza o ponto principal de cada atendimento realizado. Sendo assim, as concepções acerca da morte têm papel fundamental na representação que cada profissional tem de seu trabalho, bem como nas mobilizações subjetivas a ela relacionadas. Impacto, reconhecimento e satisfação estão ligados à forma como este é visto na sociedade e processado por cada um que o executa cotidianamente.

² Frase encontrada em adesivo colado no vidro de um veículo pertencente a um servidor do IGP.

Sua percepção atualmente é resultado de um processo de mudanças sociais e de como a cultura enfrenta tal acontecimento ao longo de sua existência.

Até o século XII, os ritos de morte eram realizados de maneira comunitária. Aos poucos, inicia-se um processo de clericalização da morte, colocando o padre como centro da cena, ao invés do morto, e este passa a pertencer à Igreja, não mais à família. Concomitantemente, o corpo passa a ser considerado algo “insuportável à vista”, o que leva a formas de escondê-lo, como o uso de mortalhas e esquifes, por exemplo (BELLATO; CARVALHO, 2005).

Com a chegada do século XVIII, a afetividade, que antes era direcionada aos grupos, foi restringindo-se a poucas pessoas, que passaram a possuir status de “insubstituíveis e inseparáveis”. Sendo assim, conseguimos perceber uma mudança de paradigma com o passar do tempo. Se, nas sociedades primitivas, pelo fato de uma maior convivência em grupos, a morte não era considerada como uma separação irreversível, mas como uma mudança de etapa que mantinha a perenidade, com a entrada do processo de individualização, este panorama é modificado.

Tal composição (repulsa pela morte e intensa afetividade direcionada a um número mais restrito de pessoas) impulsionou o afã da ocultação da verdade sobre um fim próximo, fazendo com que a morte habitasse o território da “clandestinidade”. A morte torna-se, assim, “vergonhosa” e “inconveniente”, assim como seus rituais:

[...] com isso, uma nova imagem da morte vai se formando: a morte feia e escondida, e escondida porque é feia e suja. Os ritos de morte, que até então se mantiveram com algumas poucas modificações ao longo dos tempos, começam a ser esvaziados em sua carga mítica com os processos empregados para o seu escamoteamento (BELLATO; CARVALHO, 2005).

O inconveniente da morte, em parte, dá-se pelas transformações do corpo. A vida que agora há nele tem o intuito de o decompor. Não mais mantê-lo, mas acabar com o que ficou, com o que resta. Transformação nem sempre bem-vinda. Já na pré-história foram criadas práticas que pudessem apressar a decomposição, como a cremação e o canibalismo, ou mesmo, distanciá-la do contato com os vivos, como o sepultamento e o transporte para locais ritualísticos.

De acordo com Bellato e Carvalho (2005), tais rituais objetivam a purificação, como uma forma de ocorrer a limpeza necessária após o contato com o “espectro maléfico ligado ao cadáver que apodrece” (p. 101), além de simbolizarem o

encaminhamento para um outro estágio: uma forma de não abandonar aqueles que morrem, mas de os auxiliarem a passar para outra etapa, metaforicamente, como um “prolongamento da vida”.

Ao ser vista como algo vergonhoso e sobre a qual não se deve falar, a morte exige silêncio (FREIRE, 2006 apud CAVEDON, 2010). Não à toa é difícil conversar em momentos de luto e perda. A partir dela, nos deparamos com nosso fim e suscitamos questionamentos para os quais talvez nunca tenhamos respostas.

[...] a morte em si, na maioria das vezes, não é o grande problema para aquele que morre, mas sim, o sentimento de desesperança, de desamparo e de isolamento que a acompanha, nascido do medo que as outras pessoas têm de enfrentar a certeza da sua própria morte (BELLATO; CARVALHO, 2005).

Assim, o silêncio torna-se o refúgio para buscar a serenidade necessária para aceitar o ocorrido e suas implicações. Acrescido a isso, o espectro do individualismo faz-se presente, pois o sujeito é incumbido a tratar de sua dor sozinho.

No coletivo, o espaço para isto é restrito. Brum (2008) coloca que “tornou-se deselegante sofrer em público por algo tão de mau gosto como a morte”. Não se gosta de falar, não se gosta de ouvir.

O individualismo que perpassa o universo social contemporâneo também lança seus tentáculos sobre a morte e o luto. Assim, Freire (2006, p.30) se expressa sobre essa postura: ‘o social faz sua economia de gestos e sentimentos. E põe-se surdo diante do sofrimento daquele que sofre uma perda. Essa dor transforma-se em algo inaudível, e, por isso mesmo, indizível’ (CAVEDON, 2010, p. 7).

Já Leis (2003) considera que não é somente o individualismo atual que traz este impacto, mas que a morte expõe os “paradoxos aberrantes” em que vivemos na contemporaneidade. Para ele, somos individualistas, mas massificados ao mesmo tempo; somos profundos entendedores de conhecimentos técnicos notáveis, mas extremamente ignorantes nos aspectos essenciais de nossa própria condição humana.

Desta forma, estamos diante do paradoxo que sustentamos em nossa existência: construímos nossos impérios para perdurarem, mesmo sabendo de nossa finitude. Gastamos nossa trajetória em alcançar o que sabemos que terminará. A chegada da morte é considerada perda, e está na contramão de tudo que buscamos em toda a vida: ganhar.

Assim, não causa estranheza o fato de esta ocupar espaços em que possa ser esquecida. É nossa vontade, nossa determinação. Desejamos que ela não exista, que não chegue, que não se apresente. Lutamos contra ela desde o primeiro instante. E, com isso, é compreensível o lugar social que ela ocupa:

Essa mesma sociedade industrial não tem lugar para os mortos: são seres que não produzem, não consomem, não respondem aos seus condicionantes: não competem, não correm, não ligam para o tempo nem para o dinheiro. Os mortos são marginais do sistema e a nos lembrar que, por mais que nos empenhemos no processo competitivo de luta por ter, possuir e vencer, um dia seremos um marginal, um despojado. Não há como não encarar nossa projeção nesse 'não ter'; só há como negá-la (SANTOS, 1998 apud BARROS; SILVA, 2004).

A partir disso, o que podemos pensar daqueles que trabalham com a materialidade deste tema tão controverso? Que lugar este ideário sobre a morte ocupa na subjetividade daqueles que a tem em seu cotidiano?

Barros e Silva (2004) acreditam que a negação presente em relação à morte e seus fenômenos também se estende aos que trabalham com ela. Estes seriam negados, rechaçados e esquecidos, tendo suas atividades desconhecidas pela sociedade.

Cavedon (2010, p. 7) pontua a discriminação envolvendo, principalmente, as situações de morte violenta:

Se a sociedade lida com a morte dessa forma, cumpre entender que aqueles que, no âmbito profissional, precisam fazer frente a esse evento cotidianamente também se veem privados de falar sobre seu trabalho e podem sofrer alguma discriminação, serem estigmatizados, ainda mais se a morte enfrentada for fruto de violência.

Parece que o trabalho sempre se torna mais penoso em casos que envolvem o cuidar de corpos afetados em sua integridade (SOUZA; BOEMER, 1998).

Este é o caso do trabalho pericial, que, nas palavras de um trabalhador da área, mostra-se em sua feição mais paradoxal: “se a morte é o descanso, prefiro viver cansado”.

Como trabalhar-cansar quando a matéria do seu fazer é morta? Como trabalhar-cansar com o que há de vida na morte?

“Crime Scene – Do not Cross”: o trabalho pericial³

O Instituto-Geral de Perícias (IGP) é o órgão do Estado do Rio Grande do Sul responsável pela realização de perícias criminais. É composto pelo Departamento de Criminalística (DC), Departamento de Identificação (DI), Departamento Médico-Legal (DML) e Laboratório de Perícias.

O IGP possui sede destes Departamentos em Porto Alegre, assim como sua área administrativa. No interior, há a atuação dos Departamentos de Criminalística, de Identificação e Médico-Legal, através de Postos locais e regionais. O Laboratório de Perícias é centralizado em Porto Alegre, sendo que o material pertinente às suas perícias é remetido para a capital para ser analisado. Há certos tipos de perícias atendidas somente por equipes de Porto Alegre, havendo o deslocamento das mesmas para o interior quando da ocorrência de demandas.

O Departamento Médico-Legal (DML) tem como principais atribuições os serviços de remoção fúnebre, exame necroscópico, identificação *post-mortem* (papiloscópica, odontológica ou por ossadas e restos mortais), exames radiológicos *post-mortem*, perícia física em casos de lesões corporais e estupro/abuso sexual. Integram a maior parte do quadro funcional do DML: auxiliares de perícias, peritos médico-legistas, peritos médico-legistas – área Psiquiatria, peritos odonto-legistas, peritos criminais – área Psicologia, fotógrafos, papiloscopistas e motoristas.

Ao Departamento de Criminalística (DC) cabem os serviços de levantamento de locais (responsável pela análise em locais de morte e de disparo por arma de fogo); perícias em armas e munições; perícias químicas; perícias relacionadas à Informática; perícias em áudio e vídeo; reconstituições de crimes; perícias de Engenharia (incêndios, desabamentos, explosões, acidentes de trabalho, acidentes de trânsito com vítima fatal ou viaturas oficiais, perícias mecânicas e elétricas); perícias relativas a crimes ambientais; perícias relativas a falsificações; levantamentos fotográficos e exames papiloscópicos. Seu quadro funcional compõe-se majoritariamente por: peritos criminais (e criminalísticos, nomenclatura em extinção), peritos criminais – área

³ Em tradução livre, “Cena de crime – não ultrapasse”. Referência às fitas de isolamento comuns em seriados estrangeiros, circundando locais de crime. Nos é útil para pensar além do isolamento físico, trazendo o conteúdo emocional e as provações a serem vivenciados por aqueles que optam profissionalmente por adentrar esta área.

Engenharia, peritos químico forenses, peritos criminais – área Psicologia, motoristas, fotógrafos e papiloscopistas.

O Departamento de Identificação (DI) é composto principalmente por papiloscopistas, incumbidos de realizarem a identificação civil e criminal de indivíduos. É responsável também pela expedição da Carteira de Identidade e realização de perícias papiloscópicas em veículos.

O Laboratório de Perícias possui três setores: Genética Forense, responsável pelas perícias envolvendo comparações genéticas para fins criminais; Química-Legal, que realiza exames residuográficos e perícias em materiais diversos como, entre outros, explosivos, acelerantes, tintas, fibras e resíduos de incêndios; e Toxicologia, encarregada das análises de psicotrópicos, venenos, alcoolemia, substâncias voláteis proscritas e carboxihemoglobina. Fazem parte de seu quadro funcional auxiliares de perícia, peritos químico forenses – área Biologia e peritos químico forenses – área Química.

A atividade pericial envolvendo a morte é realizada por servidores de todos os Departamentos mencionados, seja realizando o levantamento em local de morte, a necropsopia, a identificação *post-mortem* ou os exames toxicológicos em vísceras, por exemplo. Desta forma, estes diversos profissionais estão interligados na realização de tarefas envolvendo o corpo e a situação de morte.

Soa o alarme. A equipe é montada de acordo com a ocorrência; o acontecido define a composição. Motorista, papiloscopista, fotógrafo e perito arrumam-se e, em poucos minutos, estão em deslocamento rumo ao local.

Lá chegando, este já deve estar isolado e guardado por policiais. Inicialmente algumas informações são coletadas, de forma a compreender um pouco mais da demanda, já que o histórico da solicitação que gera o atendimento frequentemente é bastante resumido.

O local passa a ser analisado e “desvendado” a partir dos vestígios e suas características. Do amplo à minúcia, busca-se a reconstrução do ocorrido. Identifica-se, registra-se, fotografa-se.

A equipe de remoção fúnebre auxilia no exame dos ferimentos no local e responsabiliza-se pelo recolhimento do corpo ao DML, onde serão realizados os exames necroscópicos e a identificação do cadáver.

Para tanto, faz-se a coleta das vestes, a pesagem, medição e limpeza do corpo, a análise externa dos ferimentos e o exame interno para definir a causa da morte. Havendo a necessidade de exames complementares, como toxicológico, por exemplo, é coletado material para encaminhamento ao Laboratório de Perícias.

Além destas tarefas, os auxiliares de perícia atendem aos familiares, explicando os procedimentos burocráticos cabíveis para emissão da declaração de óbito e os acompanhando no reconhecimento da vítima e liberação da mesma.

Todas estas etapas geram documentos. Anotações, croquis, protocolos, requisições, relatórios, autos, laudos, declarações e fotografias. Todos estes registros são utilizados de forma a perpetuar tanto o local quanto todos os exames realizados, a fim de possibilitar uma análise detalhada do caso para a elaboração do produto final: os laudos.

Todas as ações envolvendo a perícia no local objetivam a redação desses documentos que condensarão todas as informações pertinentes ao que foi analisado. Estes serão encaminhados à autoridade solicitante, contendo as características do levantamento do local, os vestígios encontrados, as hipóteses de dinâmica do ocorrido, os resultados do exame necroscópico e de exames complementares.

São estas páginas que contarão parte da história e farão com que a mesma seja armazenada. No entanto, não é somente nos documentos que tais cenas se tornam permanentes. O lidar cotidianamente com estes conteúdos produz uma memória perene relativa a corpos, violência, ferimentos, órgãos e crueldade.

Ouvimos certa vez de um dos trabalhadores do IGP: “Trabalhar com o que a gente trabalha não é pra qualquer um; exige estômago”. Não é só ‘estômago’, mas também, bons olhos, ouvidos, cérebro e coração. Estar atento a todo e qualquer detalhe do local, prestar atenção aos vestígios, analisar possibilidades, compor hipóteses, formular dinâmicas; mas, também, atuar em um momento delicado da *vida* das pessoas: a *morte*.

Por isso o imperativo é claro: não ultrapasse. A faixa amarela e preta (tão comum nos seriados de TV) é responsável pelo isolamento. Circunda o local do crime de modo a preservar vestígios, permitindo a entrada somente de pessoas autorizadas naquela área.

Ela divide os que lá estão pelo dever e os que estão lá motivados pela curiosidade. No entanto, não é só o isolamento físico que ela demarca. Atravessá-la

implica suportar as cenas, os cheiros, os riscos e o temor. Não é para qualquer um. Criar a “estrutura interna” necessária para lidar com este trabalho (referida por diversos trabalhadores) não é processo fácil.

Passa-se por um curso de formação para exercer as atribuições destes cargos, contemplando ensinamentos teóricos e exercitando a prática. No entanto, o “preparo” genuíno para este trabalho é construído no cotidiano da profissão. Ou seja, forma-se para passar e passa-se para formar.

O impacto das situações vivenciadas, com seus detalhes e adversidades, faz parte da construção de formas possíveis de exercer a profissão, de se relacionar com esta e de poder ver suas potencialidades.

O profissional aprende a tecer com as linhas que cruzam seu cotidiano e, com isso, vai formando uma rica montagem. Atribuições, prescrições. Sensações, criações. Combinações daquilo que é executado com aquilo que é transformado. Sujeito ativo aquele que alinhava seus medos nesta costura, de modo a compor um novo arranjo. Ornamenta sua tarefa com a (re)invenção do cotidiano. Descobre-se através das fendas e dos pontos. Tensiona costuras resistentes e reforma as frágeis.

Como compor costuras e integração é o desafio em meio a tantos finais, rupturas e amputações. A dureza do Real se atravessa a cada novo atendimento; a cada novo corpo; a cada novo caso.

Trabalho que se põe a serviço de uma singularização da existência: a Clínica da Atividade.

Trabalho pericial: um trabalho em que estar longe do Real é tarefa difícil. Dar conta das provações do cotidiano é desafio. Encarar o trabalho como construção subjetiva diária, conquista gradual e composição coletiva.

A Clínica da Atividade, corrente teórica originada na década de 1990 pelo encontro das teorias de Vygotsky, Leontiev e Bakhtin, “considera o trabalho como uma atividade permanente de recriação de novas formas de viver, e não apenas como tarefa, mas como atividade dirigida, histórica e processual” (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011, p.10).

O trabalho é visto como uma rede em constante produção, complexo, instável e mutável. Considera-se que o trabalhador não é aquele que se limita a executar tarefas

prescritas, mas sim, aquele que transborda esta esfera, criando, inovando e inventando este campo. Assim, cabe à Clínica da Atividade auxiliar na criação de maneiras de afirmar a potência do trabalho como possibilidade de “criar sujeitos e mundos” (BARROS; LOUZADA; VASCONCELLOS, 2008).

Enquanto clínica, afirma o lugar dos afectos e da subjetividade para os questionamentos relativos às análises do trabalho. Coloca, ainda, a dimensão do coletivo em vigência, uma vez que este e o individual estão interligados em uma rede complexa.

Trata-se de uma clínica atravessada pela dimensão criativa, com abertura para a diferença e as modificações advindas deste encontro: “[...] o diferir que se introduz neste encontro de corpos que, em interferência múltipla, criam mundos possíveis construídos na abertura do afetar e do se deixar ser afetado por esta experiência” (BARROS; LOUZADA; VASCONCELLOS, 2008).

A partir do encontro de corpos, ideias e limitações, surgem possibilidades e escolhas, que fazem com que os sujeitos coloquem em prática a criação de desvios. Esta ação, caracterizada pela intensidade e potência, é a atividade concebida por esta corrente teórica.

[...] atividade, com seus desvios criativos convocam a fábrica da subjetividade a entrar em ação, como sendo o corpo invisível do trabalho, [...] que a exploração atual incide sobre este corpo invisível, controlando seu potencial inventivo e, se entendo o trabalho como uma produção desejante, entre outras, processada pelas corporizações, nome que dou aos agenciamentos, a exploração é a constante tentativa da captura do desejo, impedindo-o de singularizar, bloqueando sua natureza revolucionária (MAIA, 2006, p. 200, apud BARROS; LOUZADA; VASCONCELLOS, 2008).

Para Clot, a atividade é todo processo subjetivo que se faz para realizar aquilo que se tem a fazer. São as provas que cada um enfrenta – em relação a si e aos outros – para tal atitude e isso engloba também aquilo que não se consegue fazer:

[...] o real da atividade é também aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos –, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures. É preciso acrescentar a isso –o que é um paradoxo frequente – aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem a fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer, sem contar, aquilo que se tem de refazer (CLOT, 2007, p. 116).

A atividade não concluída ou não exitosa não significa que não ocorreu, assim como a inatividade forçada. Todas estas repercutem no real da atividade através dos conflitos, provações e imposições colocadas. É o encontro destas atividades – possíveis e impossíveis - que originará a ação propriamente dita, o que ultrapassa o âmbito da realização da tarefa somente (CLOT, 2007).

A tarefa está relacionada à atribuição prescrita que aquele sujeito possui em seu trabalho. À realização cotidiana do que ele destina-se a fazer. Etapas, procedimentos, conferências. É o que se faz no diário.

Apesar de a atribuição ser, aparentemente, a mesma para diversos profissionais, a tarefa é transformada por cada um deles. O trabalhador não somente executa o que lhe é atribuído, mas, também, produz, cria e significa este conteúdo. Desta forma, a tarefa será realizada por cada um de uma maneira singular, sendo inscrita de modo único na história daquele sujeito. E é justamente esta elaboração que efetiva a atividade genuína, que passa tanto pela esfera individual quanto pela coletiva.

Ao haver questionamentos e ressignificações do que se realiza, ocorrem modificações no que está disposto. Tanto a tarefa pode mudar quanto o próprio sujeito. Um influencia o outro, da mesma forma que estes também produzirão mudanças no coletivo que os cerca (e a partir dele). Assim, segundo Bendassolli e Soboll (2011, p. 191), toma-se “a atividade como modos pessoais e coletivos, como criação de mundos, muito além de processamento e execução de tarefas”.

Esta esfera coletiva pertinente ao trabalho e à atividade não é necessariamente o que está explícito nas incumbências e deveres partilhados por todos os profissionais. Há um aspecto comum, espécie de subentendido da atividade, que se refere a um componente simbólico existente nos coletivos. A este fenômeno dá-se o nome de Gênero, que, segundo Clot (2007), caracteriza-se por ser “[...] um corpo intermediário entre os sujeitos, um interposto social situado entre eles [...]”.

Gênero é o conhecimento e os referenciais que se compartilham informalmente para a regulação funcional. É uma dimensão partilhada pelos trabalhadores, que atua mesmo quando não dita. Possui uma característica de unir tais sujeitos em um mesmo contexto, os capacitando a agir frente ao que se apresenta no cotidiano do trabalho. É produção genuína, formando a história de um grupo, além de criar um “estoque” de experiências partilhadas para o uso em futuras criações e soluções diante de

imprevistos. Basicamente, é uma forma social que representa a ação, permitindo sua significação.

Esse referencial elaborado em comum abriga regras não escritas e mutáveis. O gênero inscreve as habilidades necessárias para a realização de uma atividade na história de um coletivo, habilidades que não podem ser isoladas do contexto social de seu uso (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011, p. 193).

Há um caráter protetivo no gênero, uma vez que ele dá respaldo ao grupo pela maneira de realizar o trabalho. É um acordo intrínseco entre aqueles que estão no mesmo contexto e sob as mesmas regras. Assim, pode tanto beneficiar, como salvar o trabalhador em algum acidente, por exemplo, quanto comprometer, uma vez que também dá um “respaldo grupal” para os erros, como mencionam Barros, Louzada & Vasconcellos (2008): “O gênero apoia os erros coletivos. [...] é como se o gênero dissesse: não é para fazer isso, mas isso ajuda todo mundo” (p. 21).

Para Clot (2007), um sujeito mobiliza um gênero com algumas diferenças de seus companheiros de trabalho; no entanto, isso não faz com que a unidade deste fenômeno se perca. É justamente pela disposição ativa de cada sujeito que o gênero perdura. E é desta maneira que ele conserva a história e a memória daquele coletivo.

Esta forma subentendida e grupal de agir pode, também, cristalizar-se. Há um elemento, definido como Estilo, que introduz variações no gênero, garantindo o seu desenvolvimento.

O estilo é uma modulação do gênero. O gênero de uma situação adquire feições na ação e em contrapartida fixa um modelo para essa ação, impõe um recorte à situação ao lhe propor um simulacro do mundo. O gênero modela a situação e esta, em contrapartida, remodela o gênero. [...] o estilo remolda o gênero ao enriquecê-lo, ao desenvolver uma ‘variante’ do gênero habitual [...]. O estilo não abole o gênero de trabalho ordinário, que retoma seu lugar quando essa variante deixa de ser mobilizada, mas, também nesse caso, o estilo se liberta do gênero comum, não o negando mas por meio de sua transfiguração (CLOT, 2007, p. 186).

O estilo provoca uma perturbação direcionada para a ação e o agir, auxiliando na renovação do gênero. Insere possibilidades e desenvolvimento, o mantendo vivo. Auxilia na renovação necessária dos gêneros, fazendo com que eles se mantenham direcionados para a ação, atingindo o que o coletivo definiu para si a partir da apropriação das metas determinadas para ele (DARRÉ, 1994 apud CLOT, 2007).

De acordo com Clot (2007), o gênero adquire feições na ação, fixando um modelo para esta. Ele modela a situação e, em contrapartida, essa o remodela. O estilo

seria o responsável por remoldar o gênero ao enriquecê-lo, uma vez que desenvolve uma variação na sua unidade anterior. O estilo não destitui o gênero ordinário, mas o transforma, o liberta.

Esta flexibilização inserida pelo estilo está direcionada ao modo de agir. Sua plasticidade refletirá na ação e no poder que o sujeito terá de realizá-la.

Clot baseia-se em Spinoza ao defender que a subjetividade é desenvolvida e está ligada ao poder que o sujeito tem de ser afetado. A partir das afecções ele está imbuído, ou destituído, das forças para agir: “O esforço para desenvolver o poder de agir não está separado de um esforço por levar ao máximo o poder de ser afetado.” (SPINOZA apud CLOT, 2008^a apud BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011).

Sendo assim, é através do campo de forças formado pelas possibilidades e limitações que o sujeito sente-se mais ou menos liberto para agir. A vitalidade e força do sujeito de realizar a ação genuína estão vinculadas ao conceito de *Conatus*, advindo de Spinoza, que “designa o esforço de perseverar no ser que vincula o dinamismo da vida ao poder da inteligência, a produtividade do ato à realização de si” (CLOT, 2007, p. 174).

O poder de agir pode ser visto como expansão das formas de dar conta do trabalho real, e também como expansão do mundo e objetivos a partir da realização de algo. Conecta força de agir e força de existir, sendo potência de vir a fazer e ampliar a Diferença.

Ao considerarmos que o trabalho diário apresenta diversas provações ao sujeito, podemos mencionar que este está constantemente ampliando ou reduzindo sua potência para a ação. Para Clot, “se há intenção de agir, é ao preço de uma produção psicológica de ‘liberdades de espírito’ sempre ameaçadas de paralisia” (CLOT, 2007, p. 175).

Produções e embates constantes. Cabe ao sujeito lutar contra a resignação e estagnação que o limitam e amputam. Força, desacomodação e movimento: “A disponibilidade psicológica deve sempre vencer os entorpecimentos que subtraem os sujeitos ao real ao encerrá-los em suas ruminções interiores” (CLOT; PENDARIÈS, 1997 apud CLOT, 2007, p. 175).

No entanto, a ação é reduzida ou contrariada, caso o sujeito não consiga, com ela, libertar-se. Seu desenvolvimento é impedido de prosseguir. Esta é a amputação do poder de agir. Necrose da capacidade de criar e movimentar-se. E é através destas

situações que o sofrimento emerge no trabalhador. Clot (2001, p. 5) utiliza-se da ideia de Ricoeur:

Segundo ele, o sofrimento não é unicamente definido pela dor física ou mental, mas ‘pela diminuição, ou mesmo pela destruição da capacidade de agir, do poder-fazer, sentida como um atentado à integridade de si’ (RICOEUR, 1990, p. 223). Podemos dizer também, de modo mais comum, que se trata de uma atividade envenenada ou intoxicada.

Para Ricoeur, a amputação do poder de agir é impotência e impedimento, que devem ser suportados nas provações e no esforço de ser e existir apesar disto. Assim, como coloca em risco a saúde do sujeito, pode fazer com que o mesmo saia engrandecido desta experiência ao conseguir forças para passar por ela (CLOT, 2007).

Assim, a Clínica da Atividade postula como objetivo a ampliação das possibilidades de agir, criando espaços e aberturas para o fazer. É a partir da potencialização de sujeitos e coletivos que as ações serão carregadas de vida e desejo. Expansão, criação, ampliação. Através da ação intensiva – e intensa – do sujeito sobre um objeto, são criadas as possibilidades de vencer a provação do cotidiano e dos imprevistos da vida. Construir laços subjetivos que possibilitem a atividade e a ativação afetiva. Trabalhar para agir. Agir para trabalhar.

**“Se eu digo com o que eu trabalho, tem gente que não aperta mais a minha mão”⁴:
pela vivência com a morte no trabalho, o vivo da experiência do trabalhador**

Direcionar-se para um atendimento sem saber totalmente o que encontrará. Imprevisto, não-dito, inusitado, indizível. O trabalho pericial passa por todos estes âmbitos. É a explicitação da falta de garantias e de certezas, tanto para quem trabalha quanto para quem acaba por gerar o atendimento. A morte é o explícito do imprevisível e do que está fora de controle em grande parte das vezes. Acidentes de trânsito, homicídios, acidentes de trabalho; o acaso encontra o fim. Sem previsão, sem expectativa e sem planejamento. A fragilidade da vida escapa à prescrição e à concretude.

⁴ Frase mencionada por um trabalhador da Seção de Remoção Fúnebre, ao conversar sobre seu cotidiano laboral e o reflexo deste em outras áreas de sua vida.

Deparar-se diariamente com tal questão torna-se provação ao sujeito. Prova que demanda psiquicamente daquele que põe seu corpo nesta função. A visão frequente da finitude e da desconstrução das ilusões de perenidade exige esforço interno diário para suportá-la. Enfrentá-la faz parte do trabalho. A prescrição não dá conta deste encargo tão essencial para a realização da atividade pericial.

O relacionar-se com a morte ultrapassa o prescrito. Aproxima-se da intensidade da vida e dos encontros. Afetos que se cruzam em determinado ponto do caminho. O sujeito tomado pela afetação vê-se incumbido a dar conta da intensidade dessas forças. Seja breçando, mudando ou seguindo. Transforma as sensações em ação. Sente as ações se transformarem. Age transformando o que sente.

Torna-se ativo quando consegue dar passagem ao que sente, indo em direção ao fazer. Cria e transforma situações. Impulsiona desenvolvimentos e abre espaços a partir da ampliação de possibilidades. Sujeito de escolhas, aumenta seu campo de composições.

É neste âmbito que se insere o conceito de Atividade no trabalho pericial realizado pelos profissionais do IGP. Através das brechas e das sensações, criam possibilidades de atuação e transformam o fim em processo. Compõem enlaces onde só se viam cortes. Interligam vítima, vestígios, suspeito e local onde antes se via somente o fim de uma vida. Dão seguimento ao que parecia ter acabado, buscando contar a história do que ocorreu naquela situação. Possibilitam a costura de significações àquele acontecimento.

Enquanto acontecimento, foge do previsto e do prescrito, fazendo com que a atribuição a ser realizada nem sempre corresponda ao esperado. Um perito de local, por exemplo, ao chegar à cena de um homicídio para fazer o exame perinecropsóptico da vítima (uma de suas atribuições em locais de morte), pode encontrá-la em diferentes estados. O corpo pode estar parcialmente preservado, apresentando poucos ferimentos, da mesma forma que pode estar dilacerado, mutilado ou em decomposição, por exemplo. Nunca se sabe na totalidade o que se encontrará na cena do crime.

A família da vítima pode estar no local a ser periciado, o que parece ser uma das situações fora do prescrito que mais produz impacto na realização do trabalho. Defrontar-se com o sofrimento e desespero dos familiares geralmente causa desacomodação. Traz os profissionais para o território da afetação, os colocando no

meio de sensações que, muitas vezes, são percebidas como ameaças à imparcialidade tão necessária neste trabalho. Desacomoda lugares e sentimentos.

O peso desta questão fica nítido no discurso de um auxiliar de necropsia (cargo correspondente ao de auxiliar de perícias, no caso do IGP), presente em Barros e Silva (2004, p. 326):

Se você continuar envolvendo, envolvendo que você acaba criando... problemas [...] você tem que poder trabalhar, sair e voltar no outro plantão totalmente pronto pra fazer seu trabalho novamente, e sair novamente, e assim você ficar nessa rotina, né? Na rota do trabalho. Ficar se envolvendo, você sai da rotina, você começa a fazer uma coisa que você não deve fazer... você começa a preocupar demais, se envolver com o sentimento da família, que é terrível, mas é um sentimento que a gente... ele é pegajoso, ele passa pra gente fácil demais, então... ele te contamina... ele te contamina e como você sair desse contágio aí é difícil... então quanto menos você tem esse contato com a história dos cadáveres é melhor... é sentimento, envolve ser humano, a gente tende a solidarizar [...] por isso que eu falei que ‘me ferrei’ porque eu acho que eu estava me solidarizando com... o cadáver e com a família do cadáver, mais com a família do que com o cadáver (Auxiliar de necropsia).

Mistura do prescrito com o real, quando esse último atravessa-se na situação de trabalho, compondo a experiência deste sujeito. Tem-se a dimensão de que é menos trabalhoso dar conta do prescrito, da rotina definida. Como se ela protegesse o sujeito das sensações que fazem com que este seja alvo das afecções. Como mencionado na colocação anterior, é como se o prescrito mantivesse o profissional na ‘rota do trabalho’ e que, ao ser tocado pela intensidade das situações com que atua, ele saísse desta rota. Isto lhe exige dar conta, subjetivamente, de diversos outros impasses.

Resguardar-se em uma postura defensiva pode ser lido como um Gênero presente neste segmento de trabalho. Para Clot (2007), enquanto obra aberta, de constituição processual, o gênero serve aos trabalhadores como um recurso de enfrentamento do real, como modos de apreensão dos saberes, evitando o erro por si só. Remete a uma constituição coletiva de trabalho, à qual o profissional recorre fazendo frente às variabilidades que se apresentam. Sem o gênero, o sujeito fica só diante de si mesmo.

Assim, é como se estivesse implícito na realização das tarefas que proteger-se das possíveis afecções provenientes dos atendimentos é a forma correta de se atuar. Envolver-se causa problema e sofrimento, exigindo um trabalho ‘a mais’ daquele sujeito para elaborar a situação e dar conta de sua tarefa.

Ao mesmo tempo, é a partir do embate destas intensidades que poderá questionar seu mundo e ampliar as possibilidades de ação e de vida:

Realçar essa dimensão do trabalho, que afeta e contagia aquele que trabalha, e não se reduz às tarefas prescritas, é falar de um modo de trabalhar que se deixa levar por um devir, isto é, um processo sem programa prévio, explorando e deixando-se contagiar pelo movimento de criação inerente aos processos de trabalho. [...] Sua entrada em devir está na possibilidade de acessar o plano molecular, que só se faz através de devires, ou seja, de velocidades e lentidões que se encontram no plano de composição (BARROS; LOUZADA; VASCONCELLOS, 2008, p.20-21).

Permitir-se compor com as adversidades e inquietações geradas pelo atendimento em casos de morte violenta pode parecer bastante arriscado à subjetividade do trabalhador, uma vez que a principal sensação vivenciada frente a isso é a de saída de seu território. Enquanto desterritorialização, desacomoda verdades e certezas.

No que implica desabitar o lugar daquele que suporta as situações mais cruéis, analisa os corpos mais destroçados e que realiza o trabalho que a maioria não gostaria de fazer? Implica potencializar novos territórios, criando possibilidades e ampliando suas ações.

As perturbações e instabilidades que têm lugar nos processos de trabalho constituem movimentos de desterritorialização relativa, pois desembocam em compensações e apenas ganham sentido quando constituem um retorno a um equilíbrio. [...] A complexidade dos mundos do trabalho [...] advém dessas duas dimensões – molar e molecular – que são irreduzíveis uma à outra (BARROS; LOUZADA; VASCONCELLOS, 2008, p.21).

Para a Clínica da Atividade, esta é a experiência a ser vivenciada. Reconhecer que algo sempre escapa ao prescrito, experimentando o trabalho enquanto acontecimento. Ser sujeito ativo de suas criações, potencializando modos de existir.

O que oferece sustentação aos trajetos são os devires. Devires e trajetos. Os trabalhadores fazem, dizem, inventam, estão em devir; exprimem-se de modos singulares nesses trajetos e devires, criam mapas extensivos e intensivos, e o devir na sua viagem relâmpago, não conserva nada de pessoal nem de racional, mas do que esse estado de criação ininterrupta. É este estado que garante ao indivíduo uma possibilidade de estilo, pela qual se orienta, e que lhe permite criar. Desse modo, o estilo é a decomposição e a destruição das formas instituídas de trabalhar [...]. A tônica do estilo é o estranhamento (BARROS; LOUZADA; VASCONCELLOS, 2008, p. 22).

O Estilo demonstra sua importância. Ao atravessar o costumeiro das atribuições e do modo de realizá-las, ele incorpora ao gênero uma variação, renovando-o. Inserção de possibilidades, fortalecimento de ações.

Para Cavedon (2009, p. 4), as variações que ocorrem no cotidiano da atividade pericial permitem

[...] o uso constante da inteligência e da criatividade no exercício da atividade real, essa é a fonte de maior satisfação, a própria precariedade de recursos faz com que desenvolvam todo o seu potencial para suplantar possíveis limitações.

Vê-se que a criatividade exerce papel fundamental para a potencialização do sujeito enquanto produtor de seu trabalho. A possibilidade de utilizar a capacidade de análise, as habilidades sensoriais e a inteligência caminha em direção ao Poder de Agir. O profissional coloca seu corpo e cognição à disposição na busca por vestígios, explicações e comprovações. Desenha hipóteses, analisa possibilidades.

Pode ampliar sua forma de agir ao ser afetado pelas intensidades despertadas em determinado atendimento. Buscar exames complementares, capacitar-se em algum assunto específico ou empenhar-se na procura por material bibliográfico. Todas estas são formas corriqueiras de ampliação da capacidade de realizar a atividade, vistas no cotidiano do trabalho pericial.

Além destas, exerce papel fundamental a troca que existe entre colegas. O fato de vários cargos da área pericial serem exercidos por profissionais de diversas áreas de formação faz com que haja uma troca de saberes e uma interlocução entre diferentes áreas de conhecimento.

Esta vivência impulsiona o sujeito a perceber a situação a partir de diversos pontos de vista, se abrindo para as diferentes concepções teóricas e percepções acerca de um caso. Espaço de troca e de investimento na expansão da potência de pensar diferentemente.

O coletivo insere-se como fator importante tanto na ampliação do conhecimento quanto na construção de espaços de apoio. A extensa carga horária de trabalho (plantões de 24 horas), as precárias condições de alojamento, a deficiência de material e o peso das atribuições criam um espaço de parceria e companheirismo entre os componentes das equipes.

As adversidades dos atendimentos, como a ida a vilas e áreas de risco, o estar à mercê das condições climáticas, o enfrentamento das marcas da violência, as condições insalubres e o perigo iminente à própria vida, fazem com que os laços do coletivo se consolidem mais rapidamente. Frente ao risco e ao perigo, os coletivos de trabalho acabam por se potencializarem como forma de sobreviverem a estas experiências. Muitas vezes, é neste âmbito que os trabalhadores se apoiam para sentir-se fortalecidos e continuarem em atividade. Participação coletiva e singular no processo de potencialização dos sujeitos.

Esse processo, coletivo e singular, é o que sustenta o sentido do trabalho para o trabalhador. Quando os limites são tantos que o desenvolvimento coletivo e singular fica impedido, os custos para o processo de saúde e doença são altos, podendo entrar em cena o sofrimento patogênico (CLOT, 1994 apud BARROS; LOUZADA; VASCONCELLOS, 2008, p.18).

O sofrimento diz respeito a uma atividade impedida, sem possibilidade de expansão ou de criação. Para a perícia, tal questão se encaixa em casos de laudos inconclusivos ou em situações em que não são identificados vestígios que possibilitem uma análise relevante. A frustração por não conseguir elaborar um laudo que auxilie na resolução de um crime é a experimentação do limite e da impossibilidade. Amputação de sua capacidade e sensação de impotência frente ao ocorrido.

Outra questão significativa é o impacto que o trabalho possui na vida das pessoas e sua utilidade social:

A noção acerca da utilidade do trabalho pericial, no sentido de auxiliar na condenação do culpado ou absolvição do inocente, serve para significá-lo positivamente, mas, na maior parte dos casos, o perito não tem ciência do resultado do seu trabalho, o quanto ele contribuiu para a elucidação dos fatos (CAVEDON, 2009, p.11).

A estas situações pode-se relacionar o conceito de Amputação do Poder de Agir, uma vez que, não tendo o retorno de seu trabalho, o profissional não tem noção se o que produz em seu cotidiano laboral está alcançando os objetivos aos quais se destina. Pode ocorrer de seus laudos serem tornados nulos em função de alguma falha na elaboração, por exemplo, e o trabalhador continuar a elaborá-los da mesma forma, por não possuir um retorno sobre a efetividade de sua produção.

Saber que um trabalho que realizou foi exitoso e que colaborou de forma importante nas investigações e esclarecimento de um crime, é um aspecto que impulsiona o profissional à atividade. O motiva a continuar criando e investindo em sua atuação. De forma similar, ter o retorno de que é necessário modificar seu trabalho, pode gerar no sujeito uma força direcionada ao desenvolvimento, à ação:

Seja como for, a ação só existe no círculo aberto das atividades vitais do sujeito entre outros sujeitos, no mundo. Examinamos, pois, a ação do sujeito como o tempo ao longo do qual ele se liberta do curso de suas atividades não por meio de sua negação, mas pela via do desenvolvimento dessas atividades. A ação que não consegue deslocar, reanimar, renovar o curso das atividades de que depende o sujeito fecha-se portanto sobre si mesma, com o risco de imobilizar este último, não sem fazê-lo correr os maiores riscos. [...] essa ação deve se realizar no mundo; não simplesmente apresentar-se como um projeto, uma meta, a emancipação de uma intenção, mas como uma tarefa realizada com a ajuda de instrumentos próprios. Em outras palavras, a ação só é criação mediante o aperfeiçoamento das técnicas que sancionam sua eficácia no mundo (CLOT, 2007, p. 199).

O fato de vivenciar a violência cotidianamente, trabalhando com os resultados geralmente fatais deste fenômeno, pode produzir no sujeito a sensação de impedimento da ação. Frente a tantos fins - e decepções impostas por estes -, torna-se, muitas vezes, difícil de ter forças para suportar o excesso de Real e ter potência para agir diante disto. Dar-se conta da fragilidade da vida tem seu preço. Tanto pode imobilizar diante da certeza do fim, quanto pode nos encher de possibilidades de vida, enquanto ela houver.

A mudança de perspectiva diante da vida após o ingresso no DC foi mencionada por vários entrevistados: 'Valoriza muito a vida humana. [...] Quando tu trabalha com uma situação limite, aquilo tem um valor maior [...] tu conhece os extremos [...] Quem nunca viu alguém morrer, nunca viu alguém morto, não vê como isso é comum, é frágil [...] tu trabalha com a fragilidade da vida, tu dá mais valor à vida' (CAVEDON, 2009, p.13).

O coletivo também exerce papel importante nesta expansão. Potencializa, multiplica e fortalece. É expansão pela prática com o outro, possibilitando questionamentos e ampliando vivências. Pode tornar-se rica fonte de satisfação e prazer no trabalho, criando espaços de compartilhamento.

A convivência com a equipe e a experiência de passar por situações adversas possibilita a união e estabelece vínculos importantes. Este coletivo pode ser espaço em que as angústias despertadas em um atendimento difícil podem ser ressignificadas ao

serem compartilhadas. A ida a locais de risco e o enfrentamento da crueldade humana diante de corpos violentados são exemplos de situações deste cotidiano de trabalho que despertam a necessidade de elaborações subjetivas; diante disto, o coletivo pode ser um potente instrumento. Através dele, ativa-se a criação de formas possíveis de vivenciar o mundo do trabalho e de recriar-se enquanto sujeito.

A “necessidade de sentir-se vivo” também foi referida como uma das implicações decorrentes do trabalho direto com a morte. A ideia de precisar viver, aumentando momentos de lazer e de viagens, por exemplo, corrobora com a tentativa de ampliar seu mundo e as sensações. Sentir-se potente para aproveitar o tempo que se tem, agindo para tal.

Da mesma maneira, foi referida uma busca fora do ambiente de trabalho pelas “sensações de adrenalina” vivenciadas no cotidiano laboral. Pelo fato de grande parte da atividade pericial estar ligada ao imprevisto, a sensação de estar sob tensão, à disposição de um atendimento, e de não saber exatamente o momento e o que surgirá naquele caso, fazem com que uma experiência de “emoção” e “adrenalina” seja vivenciada.

Esta sensação está diretamente relacionada à intensidade dos afetos, àquilo que nos coloca em movimento. O alarme desencadeia uma série de ações para o atendimento e, conseqüentemente, de trabalho subjetivo para dar conta das provações que tal experiência apresenta ao trabalhador. Desejar vivenciar estas sensações fora do ambiente laboral pode relacionar-se com uma aproximação da vida genuína, aquela em que há desvios, imprevistos e incertezas. Aumento do poder de agir, de viver, de existir. Busca da potência de pensar e agir pela Diferença, realizando a ação intensiva diante das provações.

Considerar o medo, o estigma, as adversidades, compondo estes elementos na rede complexa que envolve o trabalho e, para além dele, a vida. Costurar nesta teia a criação, a invenção e a potência. Todos estes elementos podem estar presentes na mistura que ampliará ou reduzirá a capacidade do sujeito de agir.

O trabalhador constitui a atividade e é constituído por ela, produtor e produto não se divorciam. Territorializações, desterritorializações, reterritorializações. Desmanchamento de territórios, constituição de outros. Plano molar, plano molecular. Então, se a dimensão vivida do trabalho é sempre uma criação, uma novidade, não pode ser apreendida inteiramente em palavras e escapa a qualquer tentativa de descrição, uma vez que é da ordem do inesperado, não consegue se expressar em palavras (BARROS; LOUZADA; VASCONCELLOS, 2008, p. 21).

Neste contexto, cabe analisar coletivos e singularidades, explorando seus movimentos e escolhas, cartografando caminhos, encontros e transformações. Como mencionam Barros, Louzada e Vasconcellos (2008, p. 25): “[...] o trabalho é da ordem da vida, só podendo ser analisado junto com os próprios trabalhadores, e trabalhar nunca é da ordem da mera invenção individual [...]”. O exercício do trabalho explode dicotomias e ultrapassa os limites unicamente prescritivos. É enfrentamento, devir, invenção. Encontros efetivados e modos de existência criados.

Considerações finais

Assim, a análise do trabalho pericial ultrapassa o conteúdo prescrito e instituído, abrindo-se para o Real e seu movimento. Sai da esfera da imobilidade para adentrar no curso da ação. Transforma morte em vida. Fim, em meio. Afirma a potência criativa presente no mundo e nos sujeitos.

A morte deixa de ser fim perene e imutável para estes trabalhadores, tornando-se possibilidade de criação e oportunidade de ampliar significações, virando potência em direção à vida. Afinal, é necessário um fim para haver um novo começo.

Como fazer da morte caminho para a vida entre trabalhadores da área pericial? São eles mesmos que nos dão pistas, pelos muitos caminhos por eles inventados e expressos em suas palavras.

É de norma e nova norma que se vive, segundo Canguilhem (2001), de um processo incessante de “fazer morrer” (de certo modo) – formas de trabalhar – para dar prosseguimento à criação e à expansão da vida.

WHEN DEATH IS THE ACTIVITY'S BEGINNING: FORENSIC WORK ANALYSIS BY THE CLINIC OF ACTIVITY'S POINT OF VIEW

Abstract

This article, based on Clinic of Activity's principles, analyses contents of forensic workers daily laboral routine, involving death situations. Based on concepts like gender, style, expansion and amputation of the acting power (Clot), Instituto-Geral de

Perícias (IGP) workers experiences are discussed. This organization is responsible for medicolegal and criminalistic exams in Rio Grande do Sul. Starting from the observation of work situations, we build, in conversation with the Clinic of Activity's literature, considerations about work experimentation as an event, enabling to the subject an active field for create and potentiate ways of doing and being. Through the contact and accompaniment of these workers routine, it was possible to contact the intensity of paradoxes like life x death and real x prescribed in the realization of their tasks. The affective experience of the daily trials creates acting possibilities for these professionals and turns their work object, the end, into process.

Keywords: Forensic Work, Clinic of Activity, Subjectivity.

CUANDO LA MUERTE ES EL COMIENZO DE LA ACTIVIDAD: ANÁLISIS DEL TRABAJO PERICIAL DESDE EL PUNTO DE VISTA DE LA CLÍNICA DE LA ACTIVIDAD

Resumen

Este artículo, desde el punto de vista de la Clínica de la Actividad, analiza el contenido del labor diario de los trabajadores de la área pericial que actúan en situaciones de muerte. Fundamentado en conceptos como el género, el estilo, la actividad, la expansión y la amputación del poder de acción, se abordan las experiencias de los profesionales del Instituto-Geral de Perícias (IGP). Esta institución, en Rio Grande do Sul, es responsable por realizar análisis médico legales y criminalísticos. A partir de la observación de situaciones de trabajo, hacemos, en la conversación con las Clínicas del Trabajo, consideraciones acerca de la experimentación del trabajo como un evento, lo que permite al sujeto un campo activo para creaciones y potencializaciones de formas de hacer y de ser. Mediante el contacto y el acompañamiento del día a día del trabajo de estos profesionales, fue posible ponerse en contacto con la intensidad de paradojas como vida x muerte y real x prescrito en el desempeño de sus funciones. La experiencia afectiva de pruebas diarias crea oportunidades para la actuación para estos profesionales y transforma el objeto de su trabajo, el fin, en proceso.

Palabras clave: Trabajo Pericial. Clínica de la Actividad. Subjetividad.

Referências

BARROS, M. E. B.; LOUZADA, A. P.; VASCONCELLOS, D. Clínica da Atividade em uma vida deleuziana: por uma psicologia do trabalho. *Informática na Educação: teoria e prática*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 14-27, jan/jun, 2008.

BARROS, V. A.; SILVA, L. R. Trabalho e cotidiano no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 318-333, dez. 2004.

- BELLATO, R.; CARVALHO, E. C. O jogo existencial e a ritualização da morte. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 99-104, jan/feb, 2005.
- BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Org.) *Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011.
- BRUM, E. *O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real*. São Paulo: Globo, 2008.
- CANGUILHEM, G. Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*, Campinas, v. 12 n. 2-3, p. 35-36, jul/nov, 2001.
- CAVEDON, N. R. "De frente pro crime": cultura organizacional e socialização dos peritos ingressantes no departamento de criminalística do instituto-geral de perícias do Rio Grande do Sul. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, [online], São Paulo, v. 11 n. 4, p. 38-65, ago. 2010.
- CAVEDON, N. R. "Isso aqui é uma fábrica de loucos": a saúde mental dos servidores do Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. In: XXXIII ENCONTRO DA ANPAD, 19 a 23 de setembro de 2009, São Paulo. Anais do XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo: ANPAD, 2009.
- CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. *Clínica do trabalho, clínica do real*, [online]. Tradução livre de Kátia Santorum e Suyanna Linhales Barker. Publicado no *Le Journal des Psychologues*, n. 185, mars 2001. Disponível em: <<http://www.pqv.unifesp.br/clotClindotrab-tradkslb.pdf>>. [07 jul. 2011].
- CLOT, Y.; PENDARIÈS, J-R. *Les chômeurs en mouvement(s). Rapport de recherché*. Paris: Apst-Cnam-Mire (Ministère de l'Emploi et de la Solidarité), 1997. In: CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DARRÉ, J-P. (Org.). *Pairs et experts dans l'agriculture*. Toulouse: Erès, p. 15-29, 1994. In: CLOT, Y. *A função psicológica do trabalho*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FREIRE, M. C. B. O som do silêncio: isolamento e sociabilidade no trabalho de luto. Natal: EDUFRN, 2006 In: CAVEDON, N. R. "De frente pro crime": cultura organizacional e socialização dos peritos ingressantes no departamento de criminalística do instituto-geral de perícias do Rio Grande do Sul. *RAM, Revista Adm. Mackenzie*, [online], São Paulo, v. 11, n. 4, p. 38-65, ago. 2010.
- LEIS, H. R. A sociedade dos vivos. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 9, p. 340-353, jan. 2003.
- MAIA, M. A. B. *O corpo invisível do trabalho: cartografia dos processos de trabalho em saúde*. Niterói. 196f. [Dissertação (Mestrado em Psicologia)]. Universidade Federal

Fluminense, 2006 In: BARROS, M. E. B.; LOUZADA, A. P.; VASCONCELLOS, D. Clínica da Atividade em uma vida deleuziana: por uma psicologia do trabalho. *Informática na Educação: teoria e prática*. Porto Alegre, v. 11 n.1, jan/jun. 2008.

SANTOS, R. V. A realidade do processo de trabalho vivenciado nos cemitérios. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, p. 57-73, 1998. In: BARROS, V. A.; SILVA, L. R. Trabalho e cotidiano no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 318-333, dez. 2004.

SOUZA, K. C. C.; BOEMER, M. R. O significado do trabalho em funerárias sob a perspectiva do trabalhador. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 27-52, jul. 1998.

Recebido em: 11-12-2011.

Aceito em: 21-12-2011.

Sobre as autoras:

Bárbara Zaffari Cavedon é Psicóloga formada pela (UNISINOS), Especialista em Análise Institucional (ESADE), Perita Criminal - Área Psicologia do Instituto-Geral de Perícias do RS. E mail: barbarazaffari@gmail.com

Fernada Spanier Amador é Psicóloga, Pós-Doutora em Educação (UFRGS), Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia (UFRGS). E-mail: feamador@uol.com.br